

Entre a ‘proteção’ e a ‘coação’: uma análise histórica das milícias fluminenses a partir do jornal *O Globo* (2005-2008)

Gabriel Werneck¹

Resumo

O artigo investiga o processo de construção das narrativas sobre as milícias no jornal *O Globo* entre os anos de 2005 e 2008, período marcado pelo crescimento dessas organizações criminosas no Rio de Janeiro e por diferentes enquadramentos narrativos. O objetivo principal é mapear as diferentes formas pelas quais as milícias foram enquadradas pelo jornal ao longo desse período, identificando mudanças de interpretação, ênfases discursivas e disputas narrativas. Busca-se compreender como *O Globo* contribuiu para a construção pública do sentido atribuído às milícias e como essas representações acompanharam a transformação desses grupos no cenário fluminense.

Abstract

The article investigates the construction of narratives regarding militias in the newspaper *O Globo* between 2005 and 2008, a period marked by the growth of these criminal organizations in Rio de Janeiro and by shifting narrative frames. The primary goal is to map the different ways in which militias were framed by the newspaper during this period, identifying shifts in interpretation, discursive emphases, and competing narratives. The study seeks to understand how *O Globo* contributed to the public construction of the meaning attributed to militias and how these representations mirrored the transformation of these groups within the Rio de Janeiro landscape.

Keywords: militias; present time history; public safety; history of the press; parliamentary inquiry committee

¹bieswerneck@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9093-3385>. Data de submissão: 19 dez. 2025.

Palavras-chave: milícias; história do tempo presente; segurança pública; história e imprensa; CPI das milícias

Em uma reportagem publicada no jornal *O Globo* em 2005², a repórter Vera Araújo denunciou a existência de grupos armados chefiados por policiais militares que teriam expulsado o tráfico de drogas de 42 comunidades na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e estabelecido um novo modelo de domínio, pautado no assistencialismo e na venda forçada de serviços. Revelando a extensão territorial sob influência desses grupos e seu *modus operandi*, a reportagem de Vera Araújo pode ser entendida como um importante marco na imprensa por nomear, pela primeira vez, esses grupos como “milícias”. Tais grupos viriam a se consolidar, nos anos seguintes, como uma das maiores ameaças à segurança pública e à democracia no estado do Rio de Janeiro, com uma atuação que extrapola o controle territorial e avança para o controle político e econômico dessas comunidades de forma cada vez mais sofisticada.

A consolidação do termo “milícias” no debate público não se deu de maneira imediata ou uniforme. Antes de tornar-se objeto de consenso como uma ameaça à ordem democrática, as milícias foram representadas de forma ambígua, ora como alternativas “menos violentas” ao tráfico de drogas, ora como extensões de práticas de segurança informal toleradas no cotidiano das favelas fluminenses. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo principal compreender como o jornal *O Globo* representou os grupos milicianos entre 2005 e 2008 através da análise de reportagens publicadas no periódico.

Foi realizada uma pesquisa no acervo digital do jornal utilizando “milícia” como palavra-chave, visando mapear a utilização do termo para nomear estas organizações criminosas, seguida por uma análise qualitativa com o objetivo de entender as diferentes narrativas veiculadas no jornal sobre estas. O recorte temporal escolhido tem 2005 como ponto de partida pois é o ano em que, pela primeira vez, é publicada uma reportagem que nomeia essas

² ARAÚJO, Vera. Milícias de PMs expulsam tráfico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 mar. 2005, p. 18.

organizações criminosas como “milícias”. Por outro lado, a escolha de 2008 como ano limite baseia-se na instauração da CPI das Milícias na ALERJ, presidida por Marcelo Freixo, que representou um ponto de inflexão para o fenômeno das milícias ao torná-las objeto de investigação parlamentar, denotando reconhecimento institucional e estatal da gravidade da problemática.

Por sua vez, a escolha do jornal *O Globo* como objeto de análise para este artigo justifica-se por sua trajetória histórica e sua centralidade no campo da mídia brasileira, especialmente no contexto do Rio de Janeiro, *locus* principal deste trabalho³. Essa centralidade confere ao jornal uma relevância singular como objeto para compreender como determinados fenômenos sociais são narrados e enquadrados para o público, visto que cada reportagem é entendida aqui como um produto de escolhas e seleções, reflexo da ideologia profissional do órgão midiático em questão⁴.

Nesse sentido, objetiva-se utilizar as reportagens do jornal simultaneamente como fonte e como objeto, analisando não apenas o conteúdo das matérias, mas buscando identificar as escolhas de tema, os principais jornalistas escrevendo sobre o assunto e a intencionalidade dos discursos por trás das reportagens, entendendo que a imprensa não pode ser encarada como um veículo imparcial. Dessa forma, pretende-se realizar uma história que seja simultaneamente *da* imprensa e *por meio da* imprensa⁵, reconhecendo o jornal como um agente ativo na produção de sentidos e na conformação de agendas públicas. Portanto, investigar o jornal *O Globo* enquanto objeto e fonte é também um exercício de reconstrução das disputas simbólicas que atravessaram o debate sobre as milícias no recorte temporal analisado.

A análise foi iniciada a partir da reportagem intitulada *Milícias de PMs expulsam tráfico*, veiculada no dia 20 de março de 2005 e escrita por Vera Araújo. Informando a presença desses

³ MONTALVÃO, Sérgio; LEAL, Carlos. *O Globo - Verbete*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2001.

⁴ BRAMA, Leonardo. *As diversas milícias do Rio de Janeiro entre expansões práticas e semânticas*, Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

⁵ LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.), *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, v. 210, p. 111-153, 2005.

grupos de policiais em ao menos 42 favelas, a reportagem é, desde a primeira frase, construída com base na oposição entre as facções do tráfico de drogas e as milícias.

Na contramão da violência produzida em áreas pobres controladas por traficantes de drogas, 11 grupos, seis deles chefiados por policiais militares, estão impondo uma nova ordem que conseguiu banir o tráfico de 42 favelas do Rio, em Jacarepaguá e na Barra. Depois da fase de esconder a identidade nas comunidades conflagradas onde moram, das quais alguns foram até expulsos, esses policiais formaram grupos armados e resolveram tomar os pontos dominados por traficantes⁶.

Entendendo que toda notícia é permeada por escolhas políticas e ideológicas vinculadas à linha editorial e à postura do jornal, é possível afirmar que, ao iniciar uma reportagem de denúncia acerca desses grupos opondo-os às facções do tráfico, é estabelecido um enquadramento inicial que hierarquiza diferentes formas de criminalidade e cria uma narrativa que tende a relativizar a atuação das milícias. Dessa maneira, entende-se que essa perspectiva corrobora para a manutenção do discurso de legitimação operado pelos milicianos, que se colocam como única alternativa possível à violência praticada pelos traficantes de drogas, mobilizando ideais de moralidade e de “guerra justa” contra o tráfico⁷. Além disso, ao relatar que “Os grupos contam principalmente com a ajuda dos moradores dessas áreas carentes para denunciar os traficantes”⁸, a reportagem constrói uma imagem de apoio popular que, mais uma vez, contribui para o discurso de legitimação desses grupos.

Ainda nessa reportagem, é interessante destacar a existência de um *box* informativo intitulado *Em Rio das Pedras, a ‘mineira’ é a lei*, focado em caracterizar a dinâmica específica da comunidade, apontada como primeira favela sem tráfico. O *box* atribui à “mineira”, apresentada como um simples grupo armado, a responsabilidade por manter os traficantes afastados, além de relatar a cobrança de taxas de segurança e TV a cabo aos moradores. Embora o termo “milícia” não seja empregado diretamente no *box* para descrever a atuação da mineira, a descrição se aproxima dos elementos centrais associados a essas organizações, como controle territorial e exploração econômica da população. Dessa maneira, é possível perceber que, apesar de não nomear a “mineira” diretamente como uma milícia, a reportagem se insere na chave

⁶ ARAÚJO, Milícias de PMs..., *Op. Cit.*

⁷ MANSO, Bruno Paes. *A República das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

⁸ ARAÚJO, Milícias de PMs..., *Op. Cit.*

narrativa que coloca Rio das Pedras como possível ponto de partida das milícias devido ao tipo de domínio estabelecido pela “mineira” na comunidade.

A narrativa das milícias como agentes responsáveis por expulsar traficantes reaparece na reportagem intitulada *Ligação de PMs com grupos de extermínio é investigada*⁹, publicada no dia 31 de março de 2005 e assinada pela mesma jornalista. No texto, afirma-se que “As milícias expulsaram traficantes das comunidades [...]”¹⁰, reforçando a construção de uma imagem em que esses grupos se apresentam como alternativas legítimas ao domínio do tráfico. Entretanto, nessa reportagem é possível perceber uma abordagem paradoxal visto que, apesar de apresentar uma formulação que reforça o antagonismo entre milicianos e traficantes, comumente mobilizado com objetivo de legitimar a atuação dos primeiros, conecta os milicianos com os grupos de extermínio, ampliando e complexificando o campo de significação desses agentes, inserindo-os em uma dinâmica mais ampla de violência e característica do Rio de Janeiro. Essa vinculação tensiona a construção inicial da imagem das milícias como “protetoras” das comunidades, abrindo espaço para que sua atuação passe a ser vista também sob a ótica da ilegalidade e da violação sistemática de direitos, ainda que esse movimento discursivo não seja, nesse momento, plenamente desenvolvido nem ocupe papel central na cobertura.

É interessante ressaltar, também, a matéria de capa do dia 29 de janeiro de 2006, redigida por Sérgio Ramalho e intitulada *Policiais vendem ‘proteção’ em 72 comunidades*¹¹. Denunciando a expansão territorial das milícias em 30 novas comunidades entre o período de março de 2005 e janeiro de 2006, a reportagem indica também a expansão de práticas criminosas desempenhadas por esses grupos: “Na esteira da expansão de poder, os grupos também passaram a atuar na cobrança de taxas sobre a venda de imóveis, agiotagem e exploração de centrais clandestinas de TV a cabo.”¹². Nesse sentido, outro aspecto relevante da reportagem é a abordagem comparativa entre as milícias fluminenses e a máfia italiana presente na entrevista dada por Walter

⁹ ARAÚJO, Vera. *Ligação de PMs com grupos de extermínio é investigada*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 mar. 2005, p. 18.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ RAMALHO, Sérgio. *Policiais vendem ‘proteção’ em 72 comunidades*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 jan. 2006, p.1 e p. 20.

¹² *Ibidem*.

Fanganiello Maierovitch, que também atua por meio da cobrança de taxas e da imposição de uma “camisa de força” nas comunidades sob seu domínio. Entretanto, é apontada como característica singular das milícias fluminenses a participação de agentes do próprio Estado - os policiais militares - nas atividades criminosas.

Cabe ressaltar, ainda, a centralidade atribuída à comunidade de Rio das Pedras na construção da narrativa sobre a origem e a consolidação das milícias. Na já citada reportagem inaugural de Vera Araújo, de março de 2005, o grupo armado conhecido como "mineira" foi descrito como responsável por manter os traficantes afastados da comunidade, sem ser caracterizado direta ou explicitamente como uma milícia. Essa apresentação inicial contribuiu para a construção de uma percepção ambígua, que, embora reconhecesse a existência de práticas de coerção e cobrança de taxas e destacasse o pioneirismo de Rio das Pedras, ainda não atribuía ao grupo a conotação plenamente criminosa e organizada que o termo "milícia" carrega. Contudo, na reportagem assinada por Sérgio Ramalho em janeiro de 2006, observa-se um deslocamento discursivo importante, apresentando o grupo de Rio das Pedras como o "berço de origem das milícias"¹³, atribuindo-lhe um papel fundacional no desenvolvimento e na expansão desse fenômeno no Rio de Janeiro. Esse movimento é relevante porque sinaliza a consolidação de um novo enquadramento: a "mineira", antes descrita de forma mais neutra ou ambivalente, passa a ser compreendida como parte estruturante da lógica milicianiana, evidenciando uma mudança na forma como o jornal *O Globo* passa a nomear e interpretar esses grupos. Esse reposicionamento discursivo não apenas redefine retrospectivamente a atuação da "mineira", como também contribui para a fixação de Rio das Pedras como referência simbólica e geográfica na história das milícias.

A edição do dia 10 de dezembro de 2006 traz uma importante reportagem que reforça a gravidade da expansão milicianiana, intitulada “Milícias avançam pelo corredor do Pan 2007”¹⁴, também assinada por Bottari e Ramalho. O texto evidencia a consolidação das milícias em pelo menos quatro comunidades anteriormente controladas por facções do tráfico, além de expor a postura ambígua das autoridades diante do fenômeno. Em entrevista concedida por e-mail ao jornal, o então prefeito César Maia minimiza a situação ao classificar as milícias como

¹³ *Ibidem*, p. 20.

¹⁴ BOTTARI, Elenilce; RAMALHO, Sérgio. Milícias avançam pelo corredor do Pan 2007. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 dez. 2006, p. 22.

“Autodefesas Comunitárias” (ADCs), chegando a afirmar que, para a realização dos Jogos Pan-Americanos, esses grupos seriam, no mínimo, um mal menor em comparação ao tráfico. Essa relativização do problema contribui para a construção de um discurso que, em última instância, legitima a atuação miliciana como uma alternativa aceitável à presença das facções. A fala do prefeito sugere que o poder miliciano seria mais “negociável” ou “compreensível”, o que escancara o tratamento desigual dado às diferentes formas de criminalidade.

Dessa forma, a pluralidade de termos empregada nas reportagens analisadas - ora milícias, ora grupos de extermínio, ora mineira - representa mais do que uma simples variação lexical: trata-se de um sinal concreto de que o fenômeno ainda não estava plenamente nomeado ou conceitualizado no período entre 2005 e 2006. Esse sinal apresenta-se também nas entrevistas conduzidas por Brama¹⁵ em sua dissertação de mestrado. O autor observa que, recorrentemente, os moradores de áreas dominadas por milícias tendem a se referir aos milicianos por meio do uso do termo “segurança”. De tal modo, é possível inferir que a falta de um consenso terminológico aponta para um campo discursivo ainda em formação, no qual diferentes atores envolvidos, isto é, jornalistas, agentes públicos, moradores das comunidades e os próprios milicianos, disputavam o uso das palavras e dos sentidos a serem atribuídos a essas organizações.

Esse caráter de transitoriedade conceitual é uma marca típica de objetos estudados pela História do Tempo Presente, que frequentemente se depara com categorias instáveis, nomes provisórios e interpretações concorrentes que ainda não se cristalizaram em uma memória coletiva ou em um saber consolidado, justamente por se propor a estudar objetos com certa proximidade temporal. Como apontam Müller e Iegelski¹⁶, o historiador que trabalha com fenômenos do tempo presente precisa estar atento à fluidez das categorias e à condição inacabada de seu objeto. No caso das milícias, a disputa semântica observada nas reportagens evidencia que o termo “milícia” ainda estava em processo de construção como categoria socialmente reconhecida, o que exige do pesquisador uma postura crítica diante das fontes, compreendendo que estas não apenas informam, mas também participam da criação do próprio objeto de análise.

¹⁵ BRAMA, Leonardo. As diversas milícias do Rio de Janeiro entre expansões práticas e semânticas, 2019.

¹⁶ MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

Outro aspecto importante em relação às narrativas presentes no jornal *O Globo* sobre as milícias diz respeito à questão da busca por lucro, considerada por Cano¹⁷ e Couto¹⁸ como uma das preocupações centrais dessas organizações criminosas. Ao noticiar a morte de Herbert Severino da Silva, presidente da Associação de Moradores de Parque Boa Esperança, em Barros Filho, morto por traficantes que voltaram à comunidade após a saída da milícia, Sérgio Ramalho e Elenilce Bottari ressaltam na reportagem veiculada dia 12 de dezembro de 2006 que o motivo que levou a milícia a abandonar a comunidade foi a insatisfação com o valor arrecadado com a cobrança de taxas aos moradores.

Com pouco mais de 400 moradores, o Parque Boa Esperança é uma das comunidades mais carentes da Zona Oeste. Sem dinheiro para pagar as taxas impostas pelos integrantes das milícias, moradores eram constantemente ameaçados e agredidos pelos milicianos, que chegaram cortar o fornecimento de água e luz dos que não pagavam. Apesar da pressão, o grupo não conseguiu aumentar a arrecadação na favela, invadida no início de novembro. Insatisfeitos, os milicianos abandonaram a comunidade (BOTTARI; RAMALHO, 2006, p.19)

Tal caso reforça que, apesar do discurso de legitimação presente nas narrativas que associam as milícias ao combate ao tráfico e à defesa da ordem, a orientação central dessas organizações é a busca incessante pelo lucro. As milícias estruturam suas atividades a partir da exploração econômica dos territórios que controlam, consolidando práticas de extorsão, venda forçada de serviços e imposição de taxas a moradores e comerciantes.

Nesse sentido, a noção de “mercadorias políticas”¹⁹, elaborada por Michel Misse, oferece uma chave importante para compreender a dinâmica de atuação desses grupos. Segundo o autor, mercadorias políticas são bens ou serviços como a “proteção”, o transporte alternativo, a venda de sinal clandestino de TV a cabo, o gás e a água, bem como práticas como sequestros e extorsões, que resultam de trocas assimétricas e, frequentemente, coercitivas. O preço dessas mercadorias não é definido exclusivamente por mecanismos econômicos, mas também por um

¹⁷ CANO, Ignacio. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “milícias” no Rio de Janeiro, pp. 48-103, In: JUSTIÇA GLOBAL (org.), *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*, Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro, 2008.

¹⁸ COUTO, Vinicius Assis. *Entre armas e urnas: processos de estruturação e inserção política de organizações criminosas, as milícias como um estudo de caso*, Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

¹⁹ MISSE, M.. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 40, p. 13–25, out. 2011.

cálculo político, que envolve relações com agentes públicos, redes de corrupção e o uso da violência como forma de controle.

Dessa maneira, ao desempenhar funções que deveriam ser garantidas pelo Estado, as milícias produzem e comercializam mercadorias cuja existência depende, simultaneamente, da ausência e da conivência estatal. O discurso de moralização, portanto, opera como uma fachada que encobre uma lógica orientada pelo lucro e sustentada por práticas violentas e coercitivas. É possível perceber, portanto, que o caso noticiado por Sérgio Ramalho ilustra como o lucro é um fator central para as milícias e contribui para a construção de um discurso que, paulatinamente, abandona a perspectiva apologética das primeiras reportagens.

Já em 06 de fevereiro de 2007, foi veiculada a reportagem “Milícias na mira do governo”²⁰, escrita pelos jornalistas Ana Cláudia Costa, Fábio Vasconcellos e Sérgio Ramalho. Destaca-se essa reportagem, primeiramente, pela menção ao afastamento de Félix Tostes - um dos líderes da milícia na comunidade de Rio das Pedras - do cargo de assessor no gabinete da Polícia Civil. O afastamento de Tostes denota, ainda que de forma incipiente, o início do processo de exposição das íntimas conexões entre os milicianos e o aparato estatal. Ao recuperar que, em 2005, Tostes havia sido homenageado com a Medalha Pedro Ernesto pelo vereador Nadinho de Rio das Pedras, a reportagem articula elementos que expõem a sobreposição de redes criminais e instituições políticas. Dessa forma, entende-se que a escolha de noticiar esse afastamento representa um deslocamento narrativo que tende à deixar de lado a perspectiva inicial que minimizava o potencial danoso das milícias à ordem pública, denotando a capilaridade institucional e desses grupos.

É relevante também a menção ao movimento iniciado pelo então deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL) pela criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação das milícias no estado do Rio de Janeiro, que ainda seria discutida na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). O deputado afirma, em entrevista ao jornal, já ter conseguido as 4 assinaturas necessárias para a instalação da Comissão e defende a

²⁰ COSTA, Ana Cláudia; RAMALHO, Sérgio; VASCONCELLOS, Fábio. Milícias na mira do governo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 fev. 2007, p. 12.

necessidade de sua realização argumentando que as milícias constituem um grave problema na realidade fluminense e, por isso, a Comissão deveria ser prioridade da Assembleia.

A questão relativa à criação da CPI volta a aparecer no *O Globo* menos de uma semana depois, no dia 12 de fevereiro de 2007. Intitulada “Deputado quer que Alerj volte atrás e aprove criação de CPI”²¹, a matéria de Elenilce Bottari e Sérgio Ramalho acompanha o esforço político desempenhado por Freixo para reverter a decisão negativa da Alerj em relação à instalação da CPI das Milícias. Apresentando dados estatísticos sobre a crescente capacidade das milícias de converter seu domínio territorial e econômico em influência política aliados à uma fala de Freixo que coloca as milícias como organizações criminosas que representam uma ameaça ao estado democrático de direito, é possível argumentar que a reportagem desempenha um importante papel de mediação entre os atores políticos e a sociedade, reforçando o caráter de urgência da instalação da CPI e contribuindo para consolidar a mudança de perspectiva na cobertura jornalística sobre as milícias. Ao evidenciar o processo de captura institucional e de comprometimento do processo democrático, a matéria não apenas informa, mas também pressiona politicamente a Alerj a assumir responsabilidade diante do avanço desses grupos. Dessa forma, a reportagem se insere no movimento de construção de uma narrativa que passa a tratar as milícias não mais como uma questão marginal da segurança pública, mas como um fenômeno que ameaça estruturalmente as instituições e a democracia no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, pode-se citar a matéria “A impunidade dos milicianos”²², escrita por Carla Rocha, Dimmi Amora, Fábio Vasconcellos e Sérgio Ramalho e veiculada em 27 de agosto de 2007, como mais um esforço de pressão do jornal *O Globo* pela responsabilização e punição dos agentes públicos envolvidos com as milícias. Esse enfoque contribui para evidenciar um aspecto estrutural do fenômeno: a conivência institucional e a ineficiência dos mecanismos de controle e correção no interior das forças de segurança. O destaque, na reportagem, para o fato de que nenhum policial militar ou civil havia sido punido por envolvimento com milícias nos últimos 18 meses revela não apenas a fragilidade dos mecanismos de fiscalização, mas também sugere a existência de um pacto de silêncio e proteção que atravessa as estruturas policiais e administrativas do Estado.

²¹ BOTTARI, Elenilce; RAMALHO, Sérgio. Deputado quer que Alerj volte e aprove criação de CPI. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 fev. 2007, p.10.

²² AMORA, Dimmi; RAMALHO, Sérgio; ROCHA, Carla; VASCONCELLOS, Fábio. A impunidade dos milicianos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 ago. 2007, p. 19.

Essa abordagem representa um avanço qualitativo no tratamento jornalístico do tema, pois a matéria não se limita a noticiar eventos pontuais ou a denunciar indivíduos específicos, mas explicita a falência dos mecanismos internos de controle como parte central do fortalecimento das milícias. Nesse sentido, o jornal *O Globo* desempenha um papel relevante ao pressionar, ainda que de forma indireta, o poder público e os órgãos de fiscalização a responderem à inércia institucional frente ao problema. A matéria também reforça a construção, por parte do jornal, de uma narrativa que abandona a neutralidade anterior em relação às milícias: o discurso que minimizava o impacto desses grupos dá lugar a uma abordagem crítica que enfatiza sua expansão e impunidade, consolidando o entendimento das milícias como uma ameaça sistêmica que só pode ser enfrentada por meio de ações coordenadas e contundentes por parte do Estado.

A postura de denúncia e posicionamento contrário às milícias também pode ser percebida na matéria do dia 25 de fevereiro de 2008, de Fábia Oliveira, intitulada *A milícia que tortura*²³. Denunciando a prática de tortura de moradores que se recusaram a pagar a taxa imposta pelos milicianos da Vila Palmeirinha, em Guadalupe, a reportagem conecta esse grupo à Jerominho e à Natalino, líderes da milícia Liga da Justiça. Dessa maneira, é possível perceber que a violência ostensiva dos milicianos era exercida como método de controle social nas comunidades sob seu domínio, utilizando a tortura como instrumento de manutenção do poder vigente.

Embora reportagens do *O Globo* já denunciasses a utilização sistemática da violência como forma de controle, a denúncia responsável por dar centralidade ao tema na agenda pública foi feita em 01 de junho de 2008, a partir do editorial *Jornalistas são torturados por milicianos*²⁴, desenvolvido na página 31. Visando produzir uma reportagem que denunciasses o cotidiano dos moradores de comunidades sob domínio de milícias, uma equipe do jornal *O Dia* morou, sob disfarce, por duas semanas na favela do Batan, em Realengo. Descobertos pelos milicianos em 14 de maio, a repórter, o fotógrafo e o motorista do jornal foram submetidos a mais de 7 horas de tortura, recebendo choques, socos e pontapés. Além das agressões físicas, a repórter do *O Dia* foi

²³ OLIVEIRA, Fábia. *A milícia que tortura*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 fev. 2008, p. 8.

²⁴ EDITORIAL. *Jornalistas são torturados por milicianos*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 jun. 2008, p. 31.

submetida à tortura psicológica, incluindo a simulação de uma “roleta russa” e episódios de sufocamento por meio do uso de uma sacola plástica.

A gravidade do caso e a brutalidade dos métodos empregados pelos milicianos geraram ampla repercussão pública, colocando as milícias como problema central na agenda da segurança pública fluminense. Classificado como um atentado à liberdade de informação por entidades como o Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro, a OAB-RJ e a Associação Brasileira de Imprensa, o evento é entendido por Chaves (2010), Couto (2017) e Brama (2019) como o responsável pela mudança definitiva de narrativa acerca das milícias.

Dez dias após a denúncia do caso de sequestro e tortura da equipe de jornalistas do jornal *O Dia*, foi veiculada a reportagem *Alerj cria CPI para investigar atuação de milícias*²⁵, de autoria de Dimmi Amora e Gustavo Goulart, noticiando a aprovação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as ações das milícias no território fluminense. Ao informar que a aprovação da CPI só foi viabilizada após a repercussão do caso dos jornalistas do *O Dia* torturados na Favela do Batan, a matéria reforça a ideia de que o episódio funcionou como um catalisador para a mudança de postura das instituições públicas. Nesse sentido, observa-se que a reportagem constrói uma narrativa que conecta diretamente a pressão da opinião pública, estimulada pela cobertura midiática, à reação do poder legislativo, apontando que a comoção social foi determinante para que a proposta de Freixo, há mais de um ano arquivada, fosse finalmente aprovada.

A reportagem expõe também que, apesar de aprovada sem nenhuma posição contrária, a instalação da CPI encontrou críticas dentro da Assembleia. Destacando as posições de Domingos Brazão (PMDB), que mobilizou a ideia das milícias como um mal menor quando comparadas ao tráfico, e de Flávio Bolsonaro (PP), que coloca a CPI como demagógica e incapaz de resolver a questão salarial dos policiais, que seria a parte central do problema, a reportagem evidencia a existência de tensões em torno da criação da Comissão e, ainda, a persistência de discursos relativizadores acerca das milícias.

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Milícias volta a receber destaque na reportagem *Deputado denunciado atrapalha CPI das Milícias*²⁶, escrita por Ludmilla de Lima e

²⁵ AMORA, Dimmi; GOULART, Gustavo. Alerj cria CPI para investigar atuação de milícias. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 jun. 2008, p.17

²⁶ LIMA, Ludmilla de. Deputado denunciado atrapalha CPI das Milícias. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 jun. 2008, p. 15.

veiculada no dia 27 de junho de 2008. Narrando o momento em que Natalino Guimarães (DEM), acusado de liderar a milícia Liga da Justiça, em Campo Grande, invadiu a reunião da Comissão no momento em que dois suspeitos de fabricar uma bomba que foi jogada contra a Delegacia de Polícia de Campo Grande foram ouvidos, a reportagem define explicitamente a tentativa de Natalino como uma forma de atrapalhar a investigação do acontecimento. Entende-se, então, que a matéria contribui para reforçar a imagem das milícias como organizações profundamente enraizadas no aparato estatal, com capacidade de mobilização e influência dentro do próprio espaço legislativo, o que agrava a percepção de sua periculosidade e do desafio que representam para as instituições democráticas. Além disso, destaca-se a existência de um parágrafo dedicado à divulgação do número do recém criado Disque-Milícias, um canal específico para o recebimento de denúncias anônimas sobre a atuação das milícias no território fluminense. A inclusão desse elemento na reportagem, além de funcionar como divulgação do canal de denúncias, revela o esforço da imprensa em colaborar com o fortalecimento das ações de enfrentamento às milícias.

A matéria *Milícia lucra R\$ 2 milhões por mês na Zona Oeste*²⁷, do dia 04 de julho de 2008 e de autoria de Marcos Nunes, continua a cobrir a CPI, dessa vez focalizando o debate sobre o faturamento das milícias com as atividades ilícitas desempenhadas por esses grupos. Publicada após o depoimento de Marcus Neves, delegado da DP de Campo Grande, a reportagem focou, sobretudo, nas informações fornecidas pelo delegado na oitiva realizada na Comissão sobre o *modus operandi* da Liga da Justiça, salientando a exploração de serviços como a venda de gás, o transporte alternativo e a distribuição de sinal pirata de TV e internet, afastando qualquer resquício discursivo que associasse as milícias principalmente à venda de proteção. Nesse sentido, a reportagem destaca a acusação feita pelo delegado aos irmãos Natalino e Jerônimo Guimarães, além de ressaltar o caráter anti-democrático desses grupos, que impedia os eleitores das áreas dominadas de exercerem plenamente sua cidadania. Outro ponto relevante é o destaque dado ao número de denúncias recebidas pelo Disque-Milícia, 90 nos 3 primeiros dias de funcionamento, demonstrando a adesão da população ao canal e contribuindo ainda mais para a

²⁷ NUNES, Marcos. Milícia lucra R\$ 2 milhões por mês na Zona Oeste. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 jul. 2008, p. 19.

divulgação desse instrumento. Por fim, destaca-se a presença de um *box* informativo sobre a CPI, apresentando a Comissão e apontando, mais uma vez, o sequestro dos jornalistas do *O Dia* como evento catalisador da instalação da Comissão.

A CPI volta a aparecer com destaque na reportagem *Babu é suspeito de participar de milícia*²⁸, escrita por Dimmi Amora e veiculada no dia 18 de julho de 2008. Abordando o depoimento do promotor Bruno Stibich, da comarca de Campo Grande, à Comissão, a reportagem oferece informações sobre o nível de envolvimento de agentes políticos com a milícia atuante em Campo Grande, destacando a investigação contra o deputado estadual e policial civil licenciado Jorge Babu, do Partido dos Trabalhadores, que teve sua ligação com a milícia desvelada após ser citado em escutas telefônicas. Expondo a concentração eleitoral de Babu no bairro Santa Cruz, a matéria insinua a sobreposição entre o domínio territorial das milícias e os currais eleitorais que garantiam a sustentação política de determinados parlamentares. Além disso, a reportagem destaca o papel ativo da comissão, particularmente através das declarações do deputado Marcelo Freixo, ao afirmar que a CPI buscaria junto ao procurador-geral de Justiça mais informações sobre os políticos citados nas investigações. Essa postura evidencia um fortalecimento da CPI enquanto instrumento de enfrentamento, e aponta para o avanço do discurso que associa as milícias a um projeto político-eleitoral estruturado.

É possível perceber, em algumas das reportagens analisadas acima, e na matéria escrita por Flávio Tabak intitulada *Juiz afirma que há indício de coação a eleitores*²⁹, do dia 25 de julho de 2008, uma grande preocupação do *O Globo* com o potencial anti-democrático das milícias na formação de currais eleitorais. Tal preocupação se relaciona, para além das investigações conduzidas na Comissão, com o fato de 2008 ser o ano de realização das eleições para a Prefeitura e para a Câmara Municipal da Cidade do Rio, o que reforça a necessidade de atenção na capacidade de coerção política desses grupos. Nesse sentido, o jornal se posiciona na defesa da democracia, alertando para os riscos de que as milícias utilizassem sua estrutura de poder para interferir no resultado das eleições, tanto por meio da intimidação quanto pela manipulação da oferta de candidatos em regiões sob seu domínio. Essa preocupação constante com o tema, recorrente nas matérias do período, sugere que a imprensa passou a compreender e divulgar as

²⁸ AMORA, Dimmi. Babu é suspeito de participar de milícia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 jul. 2008, p. 18.

²⁹ TABAK, Flávio. Juiz afirma que há indício de coação a eleitores. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 jul. 2008, p. 5.

milícias como agentes que não apenas subvertem a ordem pública, mas que também ameaçam as bases do regime democrático.

Por fim, destaca-se a reportagem veiculada em 15 de novembro de 2008, no dia seguinte após a finalização oficial das atividades da Comissão, escrita por Taís Mendes e Vera Araújo e intitulada *CPI das Milícias propõe cassar oito mandatos*³⁰, que divulgou os principais resultados da investigação conduzida na Assembleia. A matéria reforça os números que marcaram a CPI: o indiciamento de 226 pessoas, incluindo parlamentares, agentes de segurança e civis, e a recomendação da cassação de oito mandatos, entre eles os de figuras centrais como Natalino Guimarães e Jerominho Guimarães. Ao reunir e sintetizar os dados levantados ao longo dos meses de trabalho da Comissão, a reportagem contribui para apresentar um balanço público do alcance das investigações e de suas implicações institucionais. A matéria também retoma o papel fundamental do Disque-Milícia, cuja criação possibilitou o recebimento de 1.200 denúncias em apenas cinco meses, consolidando-o como um canal essencial para o mapeamento e a repressão das atividades milicianas. Ao encerrar a cobertura sobre os trabalhos da Comissão com uma reportagem de destaque, *O Globo* reafirma sua postura de apoio à CPI e de comprometimento com a denúncia dos vínculos entre milicianos e o poder político que, embora não fosse a perspectiva inicial do jornal, ganhou centralidade nas reportagens ao longo do tempo.

Portanto, a análise da cobertura do jornal *O Globo* realizada aqui permitiu observar como a narrativa pública sobre as milícias se transformou entre 2005 e 2008. Inicialmente, as milícias foram tratadas como uma alternativa ao tráfico de drogas, recebendo certo grau de tolerância e legitimação. Entretanto, à medida que as milícias expandiam suas atividades criminosas e suas conexões com o poder público se tornavam mais visíveis, foi possível notar que *O Globo* passou a adotar uma postura mais crítica sobre essas organizações, reconhecendo a gravidade do fenômeno. O sequestro e a tortura da equipe de jornalistas do jornal *O Dia*, em 2008, foram determinantes para essa mudança de perspectiva. O caso expôs a violência e a arbitrariedade das milícias, mobilizando a opinião pública e catalisando a instalação da CPI das Milícias. Tornou-se notável, dessa maneira, que a partir da CPI *O Globo* intensificou sua cobertura, denunciando as

³⁰ ARAÚJO, Vera; MENDES, Taís. CPI das Milícias propõe cassar oito mandatos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 nov. 2008, p 16.

práticas extorsivas, a formação de currais eleitorais e as conexões estruturais entre milicianos e agentes do Estado. Assim, o caso do jornal *O Globo* demonstra como as representações midiáticas não são neutras e como elas podem tanto reforçar quanto desconstruir discursos de legitimação. A análise da imprensa como fonte e como objeto permitiu compreender as transformações na percepção social das milícias e as disputas de sentido que atravessaram o período estudado.

Referências Bibliográficas

Fontes

AMORA, Dimmi. “Babu é suspeito de participar de milícia”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 jul. 2008, p. 18.

_____; GOULART, Gustavo. Alerj cria CPI para investigar atuação de milícias. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 jun. 2008, p.17.

_____; RAMALHO, Sérgio; ROCHA, Carla; VASCONCELLOS, Fábio. A impunidade dos milicianos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 ago. 2007, p. 19.

ARAÚJO, Vera. Milícias de PMs expulsam tráfico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 mar. 2005, p. 18.

_____. Ligação de PMs com grupos de extermínio é investigada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 mar. 2005, p. 18.

_____; MENDES, Taís. CPI das Milícias propõe cassar oito mandatos. *O Globo* Rio de Janeiro, 15 nov. 2008, p 16.

BOTTARI, Elenilce; RAMALHO, Sérgio. Policiais apoiam milícias na guerra por espaço do tráfico. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 dez. 2006, p.1 e p.19.

_____. Milícias avançam pelo corredor do Pan 2007. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 dez. 2006, p.22.

_____. Milícia só atua em favela onde recebe em dinheiro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 dez. 2006, p.19.

_____. Deputado quer que Alerj volte e aprove criação de CPI. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 fev. 2007, p.10.

COSTA, Ana Cláudia; RAMALHO, Sérgio; VASCONCELLOS, Fábio. Milícias na mira do governo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 06 fev. 2007, p. 12.

EDITORIAL. Jornalistas são torturados por milicianos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 jun. 2008, p.31.

LIMA, Ludmilla de. Deputado denunciado atrapalha CPI das Milícias. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 jun. 2008, p. 15.

NUNES, Marcos. Milícia lucra R\$ 2 milhões por mês na Zona Oeste. *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 jul. 2008, p. 19.

OLIVEIRA, Fábila. A milícia que tortura. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 fev. 2008, p. 8.

RAMALHO, Sérgio. Policiais vendem ‘proteção’ em 72 comunidades. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 jan. 2006, p.1 e p.20.

TABAK, Flávio. Juiz afirma que há indício de coação a eleitores. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 jul. 2008, p. 5.

Bibliografia

BRAMA, Leonardo. *As diversas milícias do Rio de Janeiro entre expansões práticas e semânticas*, Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

CANO, Ignacio. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “milícias” no Rio de Janeiro, pp. 48-103, In: JUSTIÇA GLOBAL (org.), *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*, Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro, 2008.

CHAVES, Michelle Aíram da Costa. *As Milícias no Rio de Janeiro: de mal menor a Comissão Parlamentar de Inquérito*. In: XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio, 2010, Rio de Janeiro. XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio - Memória e Patrimônio, 2010.

COUTO, Vinicius Assis. *Entre armas e urnas: processos de estruturação e inserção política de organizações criminosas, as milícias como um estudo de caso*, Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.), *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, v. 210, p. 111-153, 2005.

MANSO, Bruno Paes. *A República das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

MISSE, M.. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 40, p. 13–25, out. 2011.

MONTALVÃO, Sérgio ; LEAL, Carlos . *O Globo - Verbete*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2001.

MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. “Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: Que paz?”. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 21, n. 2, pp. 89-101, 2007.

Submetido em: 19/12/2025